



Número: **0862302-93.2016.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **13ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **16/12/2016**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **SEGURO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FELIPE ASLEY TABAIANA (AUTOR)		José Alberto de Sá e Benevides Albuquerque (ADVOGADO)	
MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A (RÉU)		VLADISLAV RIBEIRO DE SOUZA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
6111308	16/12/2016 11:16	Petição Inicial	Petição Inicial
6111402	16/12/2016 11:16	documentos felipe asley-otimizado 1	Documento de Comprovação
6111413	16/12/2016 11:16	documentos felipe asley-otimizado 2	Documento de Comprovação
9677898	13/09/2017 14:22	Despacho	Despacho
24732364	25/09/2019 12:30	Expediente	Expediente

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA - PB.

PROMOVENTE: **FELIPE ASLEY TABAIANA**

PROMOVIDO: **MAPHRE SEGURADORA**

FELIPE ASLEY TABAIANA, brasileiro, solteiro, autônomo, portador da Cédula de Identidade/RG sob nº4255741 - SSP-PB, inscrito no CPF: 706556124-08, residente e domiciliado no Loteamento Nice, s/n , Centro de Santa Rita-PB, vem por advogados, adiante assinados, vem com mui respeitosamente à presença de vossa Excelência, propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT INDEFERIDO ADMINISTRATIVAMENTE



Contra, **MAPFRE SEGUROS S/A**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, CNPJ 61.074175008201, situada na Rua Epitácio Pessoa N- 723, Bairro dos Estados, João Pessoa-PB , onde deverá ser citada na pessoa de seu representante legal para, querendo, responder aos termos da presente demanda, sob pena de revelia e confissão pelos motivos fáticos e jurídicos a seguir:

DOS FATOS

I- O promovente, no dia 20/08/2014, por volta das 12:45 horas, sofreu acidente de trânsito quando a motocicleta que conduzia, ou seja, motocicleta de placas OGG 5228-PB (HONDA CG 150) , foi atingida por outro veículo de características desconhecidas, que fugiu do local sem prestar socorro ao promovente. O fato se deu na rua Nossa Senhora do Rosário, no bairro popular, na cidade de Santa Rita-PB.

II- Em virtude do impacto, o promovente sofreu diversas lesões.

III-Foi socorrido E LEVADO PARA HOSPITAL DE TRAUMA HUMBERTO LUCENA.

IV – Mesmo com tratamento o promovente não se recuperou, ficando, em consequência do fato, com sequelas de natureza permanente.

VI- O promovente ingressou com pedido administrativo (em anexo), junto a LIDER SEGURADORA pedido este que foi indeferido de forma de forma injusta, vindo o autor efetuar novo pedido este judicial.

Desta forma, requer a condenação da promovida no pagamento do valor que cabe ao promovente receber, ou seja, o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

DO DIREITO

LEI Nº 6.194, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1974:



Dispõe sobre o seguro obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou sua carga, a pessoas transportadas ou não.

Artigo 5º - O pagamento da indenização será efetuado mediante a simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do Segurado.

Artigo 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por consórcio, constituindo obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.

Art. 10. Os danos pessoais cobertos pelo Seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, que serão pagas diretamente ao beneficiário, observados os valores previstos nas normas vigentes, por pessoa vitimada.

DA TABELA INSERTA NA MPV 451

Danos Corporais Totais

Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico



Percentual da Perda

Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores

100

Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés

Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital

Danos Corporais Segmentares (Parciais)

Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores

Percentuais das Perdas

Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos70

Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores

Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés50

Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar25

Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo

Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão10



Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé

Danos Corporais Segmentares (Parciais)

Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais

Percentuais das Perdas Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho 50

Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral 25

Perda integral (retirada cirúrgica) do baço 10

DA JURISPRUDÊNCIA

Torna-se claro que, quando existe pagamento em sede administrativa e discussão acerca do valor pago, faz-se necessária nova perícia para que possa no caso ser determinado de forma mais precisa e definitiva sobre a lesão no promovente assim como toda sua repercussão.

APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. DIFERENÇA. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. PERÍCIA MÉDICA. AUSÊNCIA. PROVA NECESSÁRIA. JULGAMENTO ANTECIPADO. SENTENÇA. CASSAÇÃO. É certo que para o ajuizamento da ação de cobrança de diferença de indenização de seguro obrigatório DPVAT não é necessária a apresentação, com a inicial, do laudo do IML, notadamente se a seguradora já reconheceu, parcialmente, o direito do autor, pagando-lhe o valor que entendia devido. Não obstante, para o julgamento da ação, é imprescindível a realização da perícia para se aferir o vero grau de invalidez do requerente, quando não haja nos autos outro meio de prova idônea que permita tal conclusão. A sentença, no caso, deve ser cassada em acolhimento à preliminar levantada de ofício, para a produção da prova. (TJ-MG - AC: 10433103214519001 MG, Relator: Luciano Pinto, Data de Julgamento: 09/05/2013, Câmaras Cíveis / 17ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 21/05/2013) (grifo nosso).



APELAÇÃO CÍVEL - COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - DIFERENÇA - PERÍCIA MÉDICA - AUSÊNCIA - PROVA NECESSÁRIA - JULGAMENTO ANTECIPADO - NÃO CABIMENTO - SENTENÇA - CASSAÇÃO. - Para o julgamento da ação de cobrança de diferença de indenização de seguro obrigatório DPVAT é imprescindível a realização de perícia para se aferir o vero grau de invalidez da parte requerente, quando não haja nos autos outro meio de prova idônea que permita tal conclusão. - A sentença, no caso, deve ser cassada em acolhimento à preliminar levantada pelo autor para a produção da prova.(TJ-MG - AC: 10433120046597001 MG , Relator: Luciano Pinto, Data de Julgamento: 10/10/2013, Câmaras Cíveis / 17ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 22/10/2013)(grifo nosso).

APELAÇÃO CÍVEL - CONHECIMENTO PARCIAL - PLEITO RECURSAL DEFICIENTE - AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO FÁTICA OU JURÍDICA - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - DIFERENÇA/COMPLEMENTAÇÃO DE VALOR PAGO ADMINISTRATIVAMENTE - QUANTIFICAÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ - CORREÇÃO MONETÁRIA - DATA DO EVENTO DANOSO - ÔNUS SUCUMBENCIAIS DEVIDOS - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - VALOR FIXADO - MANUTENÇÃO. O pleito recursal desacompanhado de fundamentação fática ou jurídica não merece conhecimento. "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez." (Súmula 474). "A quantificação do grau de invalidez para a fixação do valor da indenização do seguro DPVAT é aplicável mesmo aos fatos ocorridos antes da vigência da Medida Provisória n. 451/2008, já que esta tão-somente regulamentou situação já prevista pela Lei n. 6.194/1974." (EDcl no AREsp 309855/SC, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma do STJ, j. 20/02/2014, DJe 05/03/2014). Se o pagamento da indenização, na via administrativa, não observou o grau de invalidez do beneficiário, deve ser julgado procedente seu pedido de pagamento da diferença/complementação do valor do seguro DPVAT. "Na ação de cobrança de indenização do seguro DPVAT o termo inicial da correção monetária é a data do evento danoso." (AgRg no AREsp 46024/PR, Rel. Min. Sidnei Beneti, Terceira Turma do STJ, j. 16/02/2012, DJe 12/03/2012). Restando evidente que a seguradora deu causa ao ajuizamento da ação ao não calcular e pagar, de forma devida, o valor do seguro DPVAT a que o beneficiário tinha direito, tendo, assim, sucumbido perante o pleito inicial, deve ela suportar os ônus da sucumbência. Tendo sido devidamente observado o § 3º, do artigo 20, do Código de Processo Civil, para a fixação do valor dos honorários advocatícios, não há que se falar em sua redução. Recurso conhecido em parte e, na parte conhecida, não pro vido.(TJ-MG - AC: 10394120021347001 MG, Relator: Veiga de Oliveira, Data de Julgamento: 06/05/2014, Câmaras Cíveis / 10ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 16/05/2014)(grifo nosso).

DO PEDIDO

1- A citação da promovente no endereço acima declinado, para, querendo, responder aos temas da presente demanda, sob as penas impostas pela lei pertinente;



2- Provar o alegado por todos os meios admitidos em direito, requerendo todos, desde já, especialmente perícia no promovente.

3- Que seja condenada a promovida a pagar ao Promovente a importância de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), mais juros e correção monetária.

4- Os benefícios da Justiça Gratuita, de acordo com a Lei 1650/50, por ser o promovente pobre, na forma da Lei.

4.1 – Requer também a designação de audiência de conciliação.

5-Requer, por fim, que seja a promovida condenada em verba honorários de sucumbência no percentual de 20% (vinte por cento), sobre o valor da condenação.

Dando ao pedido o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

João Pessoa 16 de dezembro de 2016

ALBERTO DE SÀ E BENEVIDES VLADISLAV RIBEIRO



OAB-PB 10.469 OAB-PB 11.290





ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA

Alberto de Sá e Benevides Vladislav Ribeiro
OAB PB 10.469 OAB PB 11.290

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROCURAÇÃO "AD-JUDITIA ET EXTRA"

OUTORGANTE:

FELIPE ASILLEY TABAIANA BRASILEIRO
JOÃO PESSOA RUA 4255.791 SSP-PB C.P.F 906.556.124.08
RESIDENTE NA RUA 201. NCE 91N. CENTRO SANTA RITA
-PB. CEP. 59919000

OUTORGADOS:

Procuração bastante que faz o outorgante acima qualificado e Abaixo assinado, pela qual constitui procurador e advogados os Drs. JOSÉ ALBERTO DE SÁ E BENEVIDES ALBUQUERQUE OAB 10469 -PB e DR. VLADISLAV RIBEIRO DE SOUZA OAB 11.290 PB ambos com escritório situado na Rua: Rodrigues de Aquino N.º 310 sala 03 Centro de João Pessoa PB, telefone 3222-9062, onde recebe intimações ; para representá-lo agindo com poderes de Cláusula "*ad-judicia et extra*" podendo propor contra quem é de direito as ações competentes e defendê-los nas contrárias, Seguindo umas e outras, até o final da decisão, usando recursos legais e acompanhado-as, receber citação inicial, valores, receber alvarás no Banco do Brasil, dar quitação, confessar, transigir, desistir, e renunciar direitos, firmar compromissos, arguir suspeições , revogar procurações e substabelecer, agindo em conjunto ou isoladamente, na forma do Art. 38 do Código de Processo Civil conferindo amplos poderes para foro em geral, em qualquer Juízo, na instância ou Tribunal.

Declara, ainda, nos termos do Art.1º da Lei nº. 7.115 de 29 de Agosto de 1993 (dispõe sobre a prova documental) e Lei 1060/50, para o fim de obtenção do benefício da JUSTIÇA GRATUITA, que é hipossuficiente financeiramente, e sua situação econômica não lhe permite arcar com custas processuais e honorários Advocatícios, sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família.

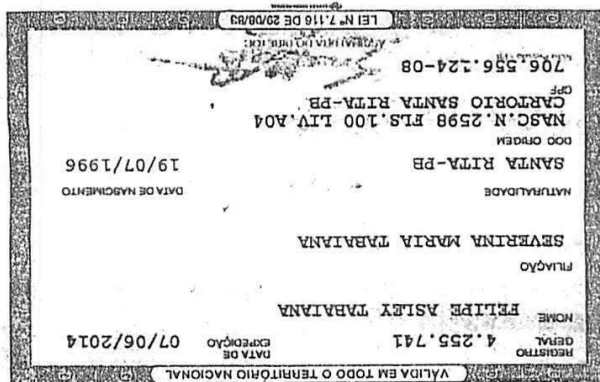
João Pessoa, 09 / 12 / 2016

Felipe Asilley Tabaiana

CPF: 906.556.124.08

Rua: Rodrigues de Aquino nº 310 Sala 03, Centro- Fone : 3222-9062 João Pessoa PB
E-mail: benevides_ribeiro@yahoo.com.br





Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3150773333 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA FELIPE ASLEY TABAIANA

COBERTURA Invalidez

SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO GRANDBERG Serviços Auxiliares do Seguro Ltda-Filial

BENEFICIÁRIO FELIPE ASLEY TABAIANA

CPF/CNPJ: 70655612408

Posição em 05-12-2016 10:12:22

Pedido de indenização cancelado. Para mais informações procure a seguradora responsável pelo processo.





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
GERÊNCIA EXECUTIVA DE POLÍCIA CIVIL METROPOLITANA
DELEGACIA DE ACIDENTES DE VEÍCULOS DA CAPITAL
Praça Firmino da Silveira, S/N, Varadouro – CEP. 58.010-170 – Fone. (83) 3218-5334

BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL Nº 2665/2015

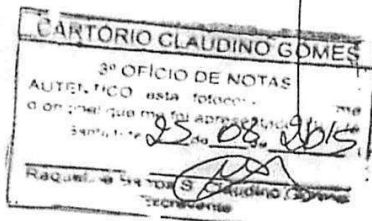
Aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, nesta cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, na Delegacia de Acidentes de Veículos da Capital, sob a responsabilidade do Delegado de Polícia Francisco Deusdedit Leitão Filho, comigo escrivão de seu cargo, ao final assinado, aí por volta das 07:45h, compareceu o (a) Senhor (a): **FELIPE ASLEY TABAIANA**, brasileiro, natural de Santa Rita/PB, solteiro, com 19 anos de idade, Lavador de Carros, Alfabetizado, filho de Severina Maria Tabaiana, RG. 4.255.741-SSP/PB, residente na Rua Dr. Pedrosa, nº 04, centro, Santa Rita/PB, o (a) qual notificou o seguinte: QUE, no dia 20/08/14, por volta das 00:10h, quando se encontrava como carona na motocicleta de marca HONDA/CG 150 FAN ESDI, cor amarela, ano 2012/2013, de placa OGG-5228/PB, chassi nº 9C2KC1680DR302321, de sua propriedade, na ocasião que o condutor desta trafegava pela Rua Nossa Senhora do Rosário, Bairro Popular, na cidade de Santa Rita/PB, após atingir um veículo, perdeu o controle de direção caindo ao solo, e que em decorrência desse fato veio a sofrer ferimentos superficiais, sendo conduzido ao Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, onde se submeteu a procedimentos médicos. Por este motivo notificou o fato. O referido é verdade, dou fé.

João Pessoa (PB), 13 de agosto de 2015.

Felipe Asley Tabaiana
Notificante

Carlos Antônio Duarte Félix
Escrivão de Polícia Civil
Mat. 135.682-8

Escrivão



CONTRAN		DENATRAN	
REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTERIO DAS CIDADES		REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTERIO DAS CIDADES	
DETRAN - PB CERTIFICADO DE REGISTRO Nº 011373921654 1 0059032370-6 00/00000000 2014 CELEPENSLEY TARRILANA		DETRAN - PB CERTIFICADO DE REGISTRO Nº 011373921654 1 0059032370-6 00/00000000 2014 CELEPENSLEY TARRILANA	
70655612408 0065228/PB		70655612408 0065228/PB	
9CZNC1680DH302321		9CZNC1680DH302321	
PAS/NOTA/TIC/PA/PRO AMJJC ALOO/66501		PAS/NOTA/TIC/PA/PRO AMJJC ALOO/66501	
HONDA/CG150 FAN ESDI 2012 2013		HONDA/CG150 FAN ESDI 2012 2013	
2 V/149 /CI PAKTC ANABELA		2 V/149 /CI PAKTC ANABELA	
IPVA PAGO EM 21/08/2014 0065228/PB		IPVA PAGO EM 21/08/2014 0065228/PB	
SEGURO P A G O 21/08/2014 SEM RESERVA DE DOMINIO		SEGURO P A G O 21/08/2014 SEM RESERVA DE DOMINIO	
SANTA RITA - PB 32280 26/12/2014 876682		SANTA RITA - PB 32280 26/12/2014 876682	

SEGURADORA LIDER - DPVAT	
ESTRUTURA DO SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA WWW.DPVATSEGURADORA.COM.BR SAC DPVAT 0800 622 1204	
PBNº 011373921654 BILHETE DE SEGURO DPVAT	
1 70655612408 CNV 1 00590323706 HONDA/CG150 FAN ESDI 2012 9CZNC1680DH302321 26/12/2014 0065228/PB	
PRÊMIO TARIFÁRIO 0065228/PB	
SEGURO P A G O 21/08/2014 SEM RESERVA DE DOMINIO	
SANTA RITA - PB 32280 26/12/2014 876682	



Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto Lucena



GOVERNO
DA PARAÍBA

RUA ORESTES LISBOA, S/N - PEDRO GONDIM - CNES: 1112234 - Tel.:

Boletim de Atendimento Emergencial: 776335

Identificação do paciente				
ID 775239	Nome FELIPE ASLEY TABAIANA			Sexo Masculino
Data de nascimento 19/07/1996	Idade 18 anos 10 meses 29 dias	Estado civil SOLTEIRO(A)	Religião EVANGELICA	Prontuário 0
Mãe SEVERINA MARIA TABAIANA	Pai NAO DECLARADO			
Escolaridade FUNDAMENTAL INCOMPLETO	Responsável (Parentesco) - MAE			
DDD Móvel 83	Fone Móvel 88858473	DDD Fixo	Fone Fixo	
Tipo documento RG (IDENTIDADE)	Número documento 4255741	Nº Cns 700008093141906		
Local de procedência SANTA RITA		Tipo MUNICIPIO	UF PB	
Email NAO INFORMADO	Naturalidade SANTA RITA	CBO/R		
Endereço				
CEP 58301190	Município de residência SANTA RITA	UF PB	Logradouro Nossa Senhora do Rosário	
Número 4	Complemento	Bairro Popular		
Admissão				
Data e Hora Prevista 20/08/2014 00:45:15	Número da pulseira 2758572	Convênio SUS		
Especialidade TRAUMATOLOGISTA	Clínica CLINICA TRAUMA E GERAL			
Classificação de risco VERMELHA	Origem do paciente RUA			
Caráter de atendimento URGÊNCIA	Motivo do atendimento ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Detalhe do acidente VEICULO X MOTO		
Indicadores e Transporte				
Caso policial Não	Plano de saúde Não	Veio de ambulância Sim	Trauma Sim	
Meio de transporte AMBULANCIA	Quem transportou NAO SE APLICA			
Sinais Vitais				
PA X mmHg	Pulso	Temperatura		
Exames complementares				
Raio X []	Sangue []	Urina []	TC []	Liquor []
ECG []				
Ultrasonografia []				
Dados clínicos				
Diagnóstico				
CID				
Atendido por ANIELLY ARAUJO DOS SANTOS				
Tempo 04min 39seg				

Imprimir





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIVISÃO MÉDICA



LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE	FELIPE ASLEY TABAIANA
DATA DE NASCIMENTO	19/07/96
NOME DA MÃE	SEVERINA MARIA TABAIANA

DADOS EXTRAÍDOS

BOLETIM DE ENTRADA N.º	776.335
PRONTUÁRIO N.º	XXXXXXXXXXXXXX
DATA DO ATENDIMENTO	20/08/14
HORA DO ATENDIMENTO	00:45
MOTIVO DO ATENDIMENTO	ACIDENTE DE MOTO
DIAGNÓSTICO (S)	FERIMENTOS SUPERFICIAIS
CID 10	V.29 + T.01.8

AVALIAÇÃO INICIAL:

PACIENTE DEU ENTRADA NESTE SERVIÇO, VÍTIMA DE COLISÃO VEÍCULO X MOTO, PROCEDENTE DE SANTA RITA, NEGANDO USO DE CAPACETE (SIG), ENCAMINHADO POR UPA DE CABEDELO. ACIDENTE OCORRIDO À 03 HORAS, L.O.T.E. APRESENTANDO FERIMENTO CORTANTE EM MENTO + DOR E LUXAÇÃO DE QUIRODÁCTILO DIREITO + DOR EM TORNOZELO DIREITO. GLASGOW 15.

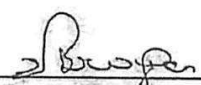
EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

RX DE MÃO DIREITA
RX DE TORNOZELO

TRATAMENTO:

PACIENTE AVALIADO POR CIR. GERAL + EXAMES RADIOLÓGICOS.

ALTA HOSPITALAR:	20/08/2014
DATA DA EMISSÃO:	29/06/2015


Drª. Joacila Braga Brandão
CRM: 1741/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO



Posição em 31-10-2016 14:47:52

Pedido de indenização cancelado. Para mais informações procure a seguradora responsável pelo processo.

ACESSIBILIDADE[\(/Pages/Acessibilidade.aspx\)](/Pages/Acessibilidade.aspx)[\(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx\)](/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Documentos Despesas Médicas (</Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx>)

Documentos Invalidez Permanente (</Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx>)

Documento Morte (</Pages/Documentacao-Morte.aspx>)

Dicas Indispensáveis (</Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx>)

PAGUE SEGURO

Como Pagar (</Pages/Pague-Seguro.aspx>)

Consulta a Pagamentos Efetuados (</Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetuados.aspx>)

Informações Gerais (</Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx>)

ACOMPANHE O PROCESSO



(/)

Buscar no site

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3150773333 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA FELIPE ASLEY TABAIANA

COBERTURA Invalidez

SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO GRANDBERG Serviços Auxiliares do Seguro Ltda-Filial

BENEFICIÁRIO FELIPE ASLEY TABAIANA

CPF/CNPJ: 70655612408



Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3150773333 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA FELIPE ASLEY TABAIANA

COBERTURA Invalidez

SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO GRANDBERG Serviços Auxiliares do Seguro Ltda-Filial

BENEFICIÁRIO FELIPE ASLEY TABAIANA

CPF/CNPJ: 70655612408

Posição em 10-11-2016 11:15:23

Pedido de indenização cancelado. Para mais informações procure a seguradora responsável pelo processo.



Vistos, etc...

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, onde a parte autora pleiteia o pagamento da complementação atinente a dito seguro.

Na conformidade da nova sistemática do CPC, sabe-se que, em seu art. 334, há determinação expressa para designação de audiência prévia de conciliação/mediação antes da apresentação de defesa do réu, no intuito de tentar promover a composição amigável entre as partes. Tal norma admite apenas duas hipóteses de exceção, a saber: havendo manifestação de vontade de ambas as partes pela não realização da audiência e quando o feito não admitir composição.

Em demandas desta natureza, apesar deste Juízo já ter determinado a designação de diversas audiências, as seguradoras, de forma reiterada, afirmam acerca da inviabilidade de qualquer acordo antes da realização da prova técnica.

Desta feita, diante da necessidade de prévia perícia médica, infrutífera será qualquer tentativa de acordo antes da prova técnica.

Assim, pelas razões expostas, deixo de aprazar audiência de conciliação prévia.

Cite-se a parte ré, para, no prazo de 15 dias, querendo, apresentar contestação, sob pena de revelia.

Defiro a gratuidade judiciária requerida.

Certifique-se a Escrivania se existe ação semelhante ajuizada pela parte autora, em tramitação ou já arquivada.

P.I.

João Pessoa, data eletrônica.

DANIELA FALCÃO AZEVEDO

Juíza de Direito



Vistos, etc...

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, onde a parte autora pleiteia o pagamento da complementação atinente a dito seguro.

Na conformidade da nova sistemática do CPC, sabe-se que, em seu art. 334, há determinação expressa para designação de audiência prévia de conciliação/mediação antes da apresentação de defesa do réu, no intuito de tentar promover a composição amigável entre as partes. Tal norma admite apenas duas hipóteses de exceção, a saber: havendo manifestação de vontade de ambas as partes pela não realização da audiência e quando o feito não admitir composição.

Em demandas desta natureza, apesar deste Juízo já ter determinado a designação de diversas audiências, as seguradoras, de forma reiterada, afirmam acerca da inviabilidade de qualquer acordo antes da realização da prova técnica.

Desta feita, diante da necessidade de prévia perícia médica, infrutífera será qualquer tentativa de acordo antes da prova técnica.

Assim, pelas razões expostas, deixo de aprazar audiência de conciliação prévia.

Cite-se a parte ré, para, no prazo de 15 dias, querendo, apresentar contestação, sob pena de revelia.

Defiro a gratuidade judiciária requerida.

Certifique-se a Escrivania se existe ação semelhante ajuizada pela parte autora, em tramitação ou já arquivada.

P.I.

João Pessoa, data eletrônica.

DANIELA FALCÃO AZEVEDO

Juíza de Direito

